



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO XXV PALMAS, TERÇA-FEIRA, 17 DE MARÇO DE 2015

Nº 2200



MESA DIRETORA

Presidente: Dep. Osires Damaso (DEM)

1º Vice-Presidente: Dep. Luana Ribeiro (PR)

2º Vice-Presidente: Mauro Carlesse (PTB)

1º Secretário: Dep. Jorge Frederico (SD)

2º Secretário: Dep. Elenil da Penha (PMDB)

3º Secretário: Dep. Júnior Evangelista (PRTB)

4º Secretário: Dep. Olyntho Neto (PSDB)

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Reunião às quartas-feiras, às 8h.

MEMBROS EFETIVOS: Valdemar Júnior (PSD–Presidente), Wanderlei Barbosa (SD–Vice-Presidente), Nilton Franco (PMDB), Eduardo Siqueira Campo (PTB) e Zé Roberto (PT)

MEMBROS SUPLENTE: Eli Borges (PROS), Toinho Andrade (PSD), Luana Ribeiro (PR), Amália Santana (PT) e Vilmar de Oliveira (SD)

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Reunião às terças-feiras, às 14h.

MEMBROS EFETIVOS: Amélio Cayres (SD–Presidente), Valdez Castelo Branco (PP– Vice-Presidente), Olyntho Neto (PSDB), Luana Ribeiro (PR) e Paulo Mourão (PT)

MEMBROS SUPLENTE: Ricardo Ayres (PSB), Cleiton Cardoso (PSL), Mauro Carlesse (PTB), Eduardo do Dertins (PPS) e Wanderlei Barbosa (SD)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Reunião às terças-feiras, às 8h.

MEMBROS EFETIVOS: Cleiton Cardoso (PSL–Presidente), Júnior Evangelista (PRTB–Vice-Presidente), Eli Borges (PROS), Mauro Carlesse (PTB) e Amélio Cayres (SD)

MEMBROS SUPLENTE: Rocha Miranda (PMDB), Olyntho Neto (PSDB), Toinho Andrade (PSD), Eduardo Siqueira Campos (PTB) e Vilmar de Oliveira (SD)

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO

Reunião às terças-feiras, às 14h.

MEMBROS EFETIVOS: Ricardo Ayres (PSB–Presidente), Amália Santana (PT–Vice-Presidente), Rocha Miranda (PMDB), Toinho Andrade (PSD) e Vilmar de Oliveira (SD)

MEMBROS SUPLENTE: Nilton Franco (PMDB), Olyntho Neto (PSDB), Valdemar Júnior (PSD), Eduardo do Dertins (PPS) e Amélio Cayres (SD)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Reunião às quartas-feiras, às 14h.

MEMBROS EFETIVOS: Wanderlei Barbosa (SD–Presidente), Nilton Franco (PMDB–Vice-Presidente), Ricardo Ayres (PSB), Valdemar Júnior (PSD) e Eduardo Siqueira Campos (PTB)

MEMBROS SUPLENTE: Rocha Miranda (PMDB), Júnior Evangelista (PRTB), Valdez Castelo Branco (PP), Luana Ribeiro (PR) e Vilmar de Oliveira (SD)

COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Reunião às quartas-feiras, às 17h.

MEMBROS EFETIVOS: Rocha Miranda (PMDB–Presidente), Amélio Cayres (SD–Vice-Presidente), Toinho Andrade (PSD), Eduardo Siqueira Campos (PTB) e Eduardo do Dertins (PPS)

MEMBROS SUPLENTE: Eli Borges (PROS), Valdez Castelo Branco (PP), Mauro Carlesse (PTB), Amália Santana (PT) e Vilmar de Oliveira (SD)

COMISSÃO DE SAÚDE, MEIO AMBIENTE E TURISMO

Reunião às quintas-feiras, às 15h.

MEMBROS EFETIVOS: Valdez Castelo Branco (PP–Presidente), Luana Ribeiro (PR–Vice-Presidente), Eli Borges (PROS), Olyntho Neto (PSDB) e Amália Santana (PT)

MEMBROS SUPLENTE: Nilton Franco (PMDB), Júnior Evangelista (PRTB), Valdemar Júnior (PSD), Mauro Carlesse (PTB) e Zé Roberto (PT)

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reunião às quintas-feiras, às 8h.

MEMBROS EFETIVOS: Nilton Franco (PMDB–Presidente), Olyntho Neto (PSDB–Vice-Presidente), Valdemar Júnior (PSD), Luana Ribeiro (PR) e Zé Roberto (PT)

MEMBROS SUPLENTE: Rocha Miranda (PMDB), Júnior Evangelista (PRTB), Valdez Castelo Branco (PP), Mauro Carlesse (PTB) e Eduardo do Dertins (PPS)

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

Reunião às quintas-feiras, às 16h.

MEMBROS EFETIVOS: Ricardo Ayres (PSB–Presidente), Eduardo do Dertins (PPS–Vice-Presidente), Cleiton Cardoso (PSL), Mauro Carlesse (PTB) e Wanderlei Barbosa (SD)

MEMBROS SUPLENTE: Olyntho Neto (PSDB), Valdemar Júnior (PSD), Eduardo Siqueira Campos (PTB), Zé Roberto (PT) e Amélio Cayres (SD)

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Reunião às quintas-feiras, às 17h.

MEMBROS EFETIVOS: Amália Santana (PT–Presidente), Valdez Castelo Branco (PP–Vice-Presidente), Eli Borges (PROS), Júnior Evangelista (PRTB) e Mauro Carlesse (PTB)

MEMBROS SUPLENTE: Nilton Franco (PMDB), Ricardo Ayres (PSB), Toinho Andrade (PSD), Eduardo Siqueira Campos (PTB) e Paulo Mourão (PT)

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reunião às terças-feiras, às 16h.

MEMBROS EFETIVOS: Vilmar de Oliveira (SD–Presidente), Rocha Miranda (PMDB–Vice-Presidente), Júnior Evangelista (PRTB), Toinho Andrade (PSD) e Eduardo Siqueira Campos (PTB)

MEMBROS SUPLENTE: Eli Borges (PROS), Ricardo Ayres (PSB), Cleiton Cardoso (PSL), Mauro Carlesse (PTB) e Amélio Cayres (SD)

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Responsável: Diretoria de Área Legislativa

Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Taquígrafia e Documentação

Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO
CEP 77003-905

Atos Legislativos

PROJETO DE LEI Nº 19/2015

Altera o art. 2º da Lei nº 1.981, de 18 de novembro de 2008, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º A Lei nº 1.981, de 18 de novembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 2º Para a servidora que adote ou obtenha guarda judicial, para fins de adoção de criança com até um ano de idade, nos termos do art. 98 da Lei 1.818/2007, a prorrogação é de 60(sessenta) dias.

.....”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Nesta data que sucede às comemorações do Dia Internacional da Mulher, venho apresentar a presente proposta de lei, com o intuito de alterar o disposto no art. 2º da Lei nº 1.981, de 18 de novembro de 2008, e assegurar às servidoras públicas do Estado do Tocantins, mães adotivas, equiparação de direitos aos das mães biológicas quanto ao prazo de prorrogação da licença por adoção.

No texto originário, o art. 2º da Lei nº 1.981/2008 prevê a possibilidade de prorrogação da licença por adoção de crianças com menos de um ano de idade, porém com prazo inferior a 15 (quinze) dias do concedido às mães biológicas quando do gozo da licença-maternidade.

É cediço que não há distinção entre mães biológicas e mães adotivas, seja na acepção legal, moral ou religiosa. Não é o processo da gravidez que transformará a mulher em mãe. Tanto que, se fosse assim, não haveria milhares de crianças disponíveis para adoção. Bastaria engravidar para virar mãe e entender o processo da maternidade.

O sentimento de se tornar mãe, cuidar de um ser humano, formar alguém, ser responsável por esse alguém e ver a vida transformada radicalmente é o mesmo. As lágrimas, o medo, os receios, as dúvidas são iguais. E o amor também. Não há a menor diferença. Porém, como todo parto, a chegada de um filho (seja biológico ou adotivo) transforma a vida.

São muitos os testemunhos de mulheres realizadas profundamente pela adoção de uma criança, mães que não geraram a vida no seu ventre, mas já a possuíam, por natureza, no coração. Mãe não é apenas quem gera a vida biológica, mas quem cuida, educa e ama.

O papa João Paulo II, na carta *Mulieris Dignitatem*, vai dizer que "a mulher tem como vocação a maternidade, física ou espiritual, ou seja, a mulher foi feita para amar, para dar a vida".

O ministro do TST João Batista Brito Pereira, em voto singular escreveu: "o art. 227 da Constituição Federal, que trata dos direitos da família, da criança, do adolescente e do idoso, foi a fonte inspiradora de todos os projetos de lei tendentes a reconhecer à mãe adotante o direito à licença-maternidade. Se assim o é, então o que se procurou garantir foi o direito da criança ao seu convívio

materno, não havendo, por conseguinte, de onde se extrair do referido dispositivo, que a licença-maternidade reconhecida à mãe biológica tem por fim resguardá-la das alterações fisiológicas sofridas no período de gestação”.

Na decisão histórica, o ministro Gelson de Azevedo, que acompanhou o voto do relator, ressaltou que a licença-maternidade, no caso da adoção, tem por finalidade a adaptação de toda a família ao novo integrante e da própria mulher à maternidade e deste à família, o que requer, com muito mais razão, cuidados maiores.

Diante destas argumentações, solicito aos nobres Pares a aprovação desta matéria.

Sala das Sessões, 11 de março de 2015.

VALDEREZ CASTELO BRANCO

Deputada Estadual

DECRETO LEGISLATIVO Nº 118/2015

Altera o Decreto Legislativo nº 86, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a remuneração dos membros do Poder Legislativo.

A Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins aprova e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º O parágrafo único do art. 1º do Decreto Legislativo nº 86, de 22 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único. Na aplicação do disposto no *caput*, ficam mantidos os critérios de pagamento fixados para os Membros da Câmara Federal nos termos do Decreto Legislativo nº 276/2014.” (NR)

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 2015.

Palácio Deputado João D’Abreu, em Palmas, aos 12 dias do mês de março de 2015; 194º da Independência, 127º da República e 27º do Estado.

Deputado **OSIRES DAMASO**

Presidente

Deputado **JORGE FREDERICO** Deputado **ELENIL DA PENHA**

1º Secretário

2º Secretário

Atas das Sessões Plenárias

7ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa

2 de dezembro de 2014

Ata da Ducentésima Octogésima Sexta Sessão Ordinária

Às nove horas do dia dois do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, os Senhores Deputados, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Osires Damaso, secretariado pelos Senhores Deputados Iderval Silva, Primeiro-Secretário, e Stalin Bucar, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor

Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Iderval Silva, Jorge Frederico, José Augusto, José Bonifácio, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sargento Aragão, Stalin Bucar, Vilmar do Detran, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Josi Nunes, Luana Ribeiro e Solange Duailibe. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Freire Júnior, José Geraldo, Manoel Queiroz, Marcello Lelis e Toinho Andrade. Após a leitura do Texto Bíblico, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, o Senhor Presidente submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os expedientes: Mensagem número 62/2014, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 27/2014, que “Altera a Lei 1.538, de 29 de dezembro de 2004, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Tocantins a área de terreno urbano que especifica, e adota outra providência”; Projeto de Lei número 256/2014, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico que, “Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Luiz Aparecido Gadotti”; e Projeto de Lei número 257/2014, de autoria do Senhor Deputado Raimundo Palito, que “Garante a assistência odontológica, através da incorporação de ações e serviços odontológicos em ambiente hospitalar no Estado do Tocantins, e dá outras providências”. Na Apresentação de Matéria, foi apresentado o Projeto de Decreto Legislativo que recebeu o número 13/2014, de autoria do Senhor Deputado José Augusto; e os requerimentos que receberam os números: 3.167 e 3.168. Logo após, foi aprovada a urgência do Projeto de Decreto Legislativo que recebeu o número 13/2014, de autoria do Senhor Deputado José Augusto. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados: José Bonifácio e Stalin Bucar. Na deliberação da Ordem do Dia foi anunciada em turno único de discussão e votação a Medida Provisória número 38/2014, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Altera a Lei 2.922, de 30 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a Carreira e o Subsídio dos Bombeiros Militares do Estado do Tocantins, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 424/2014; a qual, votada, foi aprovada com o voto contrário do Senhor Deputado José Bonifácio e encaminhada à Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Tocantins, que promulga a Lei número 2.921, de 2 de dezembro de 2014, e à Secretaria, para comunicar à autoridade competente. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 39/2014, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Altera a Lei 2.823, de 30 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a Carreira e o Subsídio dos Policiais Militares do Tocantins, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 425/2014; a qual, votada, foi aprovada com o voto contrário do Senhor Deputado José Bonifácio e encaminhado à Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Tocantins, que promulga a Lei número 2.922, de 2 de dezembro de 2014, e à Secretaria para comunicar à autoridade competente. Foi anunciado, em turno único de discussão e votação, o Projeto de Lei número 37/2014, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2015, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 386/2014; o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para

extração de autógrafos. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei de Conversão números: 257/2014, originário da Medida Provisória número 37/2014, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “Altera as Leis 2.575, de 20 de abril de 2012, que dispõe sobre as promoções na Polícia Militar do Estado do Tocantins, e 2.578, de 20 de abril de 2012, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins, e adota outra providência”, que deu origem ao Processo número 422/2014; 258/2014, originário da Medida Provisória número 40/2014, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “Institui a promoção especial por tempo de efetivo serviço para os Praças da Polícia Militar do Estado do Tocantins – PMTO, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 426/2014; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 03/2014, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “Dispõe sobre a alteração da nomenclatura dos cargos de Analista de Controle Externo e de Auditor, ambos do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, bem como sobre a política de indenização pelo exercício de funções de controle externo e administrativa ou de representação, de caráter temporário ou eventual por membros do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins”; 04/2014, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “Altera o anexo II da Lei número 1.527, de 17 de dezembro de 2004, que dispõe sobre os Cargos de Provimento em Comissão do Tribunal de Contas do Estado e seus subsídios”; 225/2014, de autoria do Senhor Deputado Carlão da Saneatins, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Apoio às Cavalhadas de Taguatinga – ACATA”, que deu origem ao Processo número 234/2014; 354/2014, de autoria do Senhor Deputado José Bonifácio, que “Declara de Utilidade Pública Estadual o Sindicato Rural de Tocantinópolis, localizado no município de Tocantinópolis – TO”, que deu origem ao Processo número 524/2014; e Projeto de Decreto Legislativo número 12/2014, de autoria da Comissão Temporária Especial, de autoria da Comissão Temporária Especial, que “Aprova a nomeação do Doutor Alberto Sevilha, para o Cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 395/2014; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados em fase única de discussão e votação os Requerimentos números 3.160, 3.163, 3.158, 3.159, 3.166, 3.164 e 3.162, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. No horário destinado às discussões parlamentares, usou a tribuna o Senhor Deputado José Bonifácio. Em seguida, o Senhor Presidente avocou os Processos números: 368/2014 e 369/2014, e determinou a sua inclusão na Ordem do Dia da Sessão Ordinária subsequente. Logo após, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Requerimento que recebeu o número 3.169, de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa, Líder do Governo, que requer a convocação de Sessão Extraordinária, dispensando-se todos os interstícios regimentais, para apreciação dos Processos números: 234/2014, 524/2014, 422/2014, 426/2014, 395/2014, 293/2014 e 384/2014 o qual foi aprovado. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dez horas e quarenta e dois minutos, convocando Sessão

Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário **Presidente** **2º Secretário**

7ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa

3 de dezembro de 2014

Ata da Ducentésima Octogésima Sétima Sessão Ordinária

Às nove horas do dia três do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, os Senhores Deputados, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Osires Damaso, secretariado pela Senhora Deputada Solange Duailibe, Primeira-Secretária, e pelo Senhor Deputado Toinho Andrade, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocaninense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Eduardo do Dertins, Eli Borges, Jorge Frederico, José Augusto, José Bonifácio, Marcello Lelis, Raimundo Palito, Sargento Aragão, Toinho Andrade, Vilmar do Detran, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Josi Nunes, Luana Ribeiro e Solange Duailibe. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Amélio Cayres, Freire Júnior, Iderval Silva, José Geraldo, Manoel Queiroz, Raimundo Moreira, Stalin Bucar e a Senhora Deputada Amália Santana. Após a leitura do Texto Bíblico, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, o Senhor Presidente submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Em seguida, foram lidos e despachados os expedientes: Mensagem número 92/2014, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei Complementar número 02/2014, que Altera a Lei Complementar número 45, de 3 de abril de 2006, que dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins – CBMTO, e adota outras providências”; Mensagem número 93/2014, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 44/2014, que “Altera as Leis 2.578, de 20 de abril de 2012, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins – CBMTO, e 2.665, de 18 de dezembro de 2012, que dispõe sobre as promoções no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins – CBMTO, e adota outra providência”; Mensagem número 94/2014, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 45/2014, que “Altera a Lei 2.749, de 28 de agosto de 2013, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil – SIEPDEC e o Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil – FUNPDEC”; Mensagem número 95/2014, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 46/2014, que “Altera a Lei 1.675, de 3 de abril de 2006, que dispõe sobre o efetivo e os subsídios do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins – CBMTO”; Projeto de Lei número 253/2014, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “Concede Título de Cidadão Tocantinense à Senhora Ana Braga, uma das fundadoras da Academia Tocantinense de Letras”; e Projeto de Lei número 254/2014, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “Dispõe sobre o direito a merenda escolar especial para os portadores de diabetes mellitus e dá outras providências”. Não havendo Matérias a Apresentar, passou-se às Comunicações. Usou a tribuna o Senhor Deputado Jorge Frederico. Na deliberação da Ordem do Dia, foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 20/2014, de autoria do

Senhor Governador do Estado, que “Dispõe sobre os critérios de distribuição das parcelas municipais do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 291/2014; 31/2014, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para oferecer garantias, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo 363/2014; 01/2014, de autoria da Defensoria Pública do Estado, que “Dispõe sobre a alteração de artigos da Lei número 2.252, de 16 de dezembro de 2009, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 369/2014; e 251/2014, de autoria do Senhor Deputado José Geraldo, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Sem-Tetos do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 435/2014; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 01/2014, de autoria da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, que “Cria cargos de Defensor Público do Estado e reestrutura os cargos de provimento em comissão e funções de confiança dos serviços auxiliares de apoio técnico e administrativo no Quadro de Defensor Público do Estado, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 368/2014, o qual votado, nominalmente, foi aprovado com quinze votos favoráveis, perfazendo um total de quinze votantes, e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 3.167 e 3.168, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Em seguida, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Requerimento que recebeu o número 3.170, de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa, Líder do Governo, que requer a convocação de Sessão Extraordinária, dispensando-se todos os interstícios regimentais, para apreciação dos Processos números: 291/2014, 363/2014, 369/2014, 368/2014 e 435/2014, o qual foi aprovado. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dez horas e quatro minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de cinco minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário **Presidente** **2º Secretário**

7ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa

3 de dezembro de 2014

Ata da Ducentésima Octogésima Oitava Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia três do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, os Senhores Deputados, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Osires Damaso, secretariado pelos Senhores Deputados Raimundo Palito, Primeiro-Secretário e Toinho Andrade, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocaninense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Eli Borges, Raimundo Palito, Toinho Andrade, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e da Senhora Deputada Josi Nunes. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Eduardo do Dertins, Freire Júnior, Iderval Silva, Jorge Frederico, José Augusto, José Bonifácio, José Geraldo, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Raimundo Moreira, Sargento Aragão, Stalin Bucar, Vilmar

presidida pelo Senhor Deputado Osires Damaso, que, por falta de quórum, deixou de abrir a Sessão, transferindo a Ordem do Dia para a Sessão subsequente e convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Estavam presentes os Senhores Deputados: Eli Borges, Raimundo Palito, Wanderlei Barbosa e Zé Roberto. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário **Presidente** **2º Secretário**

7ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa

11 de dezembro de 2014

Ata da Ducentésima Nonagésima Segunda Sessão Ordinária

Às nove horas do dia onze do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, os Senhores Deputados, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Eli Borges, que, por falta de quórum, deixou de abrir a Sessão, transferindo a Ordem do Dia para a Sessão subsequente e convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Estavam presentes os Senhores Deputados: Raimundo Palito, Sargento Aragão e Zé Roberto. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário **Presidente** **2º Secretário**

7ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa

15 de outubro de 2014

Ata da Sexagésima Nona Sessão Extraordinária

Às dezesseis horas e cinco minutos do dia quinze do mês de outubro, do ano de dois mil e catorze, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Osires Damaso, secretariado pelos Senhores Deputados Iderval Silva, Primeiro-Secretário, e Toinho Andrade, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Iderval Silva, Jorge Frederico, José Augusto, José Bonifácio, Ricardo Ayres, Sargento Aragão, Toinho Andrade, Vilmar do Detran, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana e Luana Ribeiro. Encontram-se licenciados os Senhores Deputados Manoel Queiroz e Raimundo Palito. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Freire Júnior, José Geraldo, Marcello Lelis, Raimundo Moreira, Stalin Bucar e as Senhoras Deputadas Josi Nunes e Solange Duailibe. Após a leitura do Texto Bíblico, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, o Senhor Presidente submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Apresentação de Matérias. Foi apresentado o Requerimento que recebeu o número 3.106. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciada, em segunda fase de discussão e votação, a Proposta de Emenda à Constituição número 02/2013, de autoria do Senhor Deputado Freire Júnior e Outros, que “Modifica o § 2º do art. 15 acrescenta o § 10 do art. 80 e, ainda, acrescenta o art. 80-A, todos da Constituição Estadual, tornando de execução obrigatória a programação constante da Lei Orçamentária Anual”, que deu origem ao Processo número 341/2013; o qual, votado

nominalmente, foi aprovado com dezesseis votos favoráveis perfazendo um total de dezesseis votantes, e encaminhado à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Tocantins, que promulga a Emenda Constitucional número 27, de 15 de outubro de 2014, com o respectivo número de ordem. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezesseis horas e dezessete minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário **Presidente** **2º Secretário**

7ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa

20 de novembro de 2014

Ata da Septuagésima Sessão Extraordinária

Às dezesseis horas e seis minutos do dia vinte do mês de novembro, do ano de dois mil e catorze, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Osires Damaso, secretariado pelo Senhor Deputado Iderval Silva, Primeiro-Secretário, e a Senhora Deputada Amália Santana, Segunda-Secretária. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Eduardo do Dertins, Iderval Silva, José Bonifácio, Sargento Aragão, Stalin Bucar, Vilmar do Detran, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro e Solange Duailibe. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Eli Borges, Freire Júnior, Jorge Frederico, José Augusto, José Geraldo, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Toinho Andrade e a Senhora Deputada Josi Nunes. Após a leitura do Texto Bíblico, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, o Senhor Presidente submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Apresentação de Matérias. Foi apresentado o Projeto de Lei que recebeu o número 252/2014, de autoria do Senhor Deputado Stalin Bucar. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foram anunciados em segunda fase de discussão e votação os Projetos de Lei números: 39/2014, de autoria do Senhor Governador do Estado do Tocantins, que “Institui o Programa de Recuperação de Créditos Fiscais – REFIS, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 392/2014; 16/2014, de autoria do Senhor Governador do Estado do Tocantins, que “Altera a Lei 2.343, de 27 de abril de 2010, que modificada pela Lei 2.425, de 11 de janeiro de 2011, dispõe sobre Agência Tocantinense de Saneamento – ATS”, que deu origem ao Processo número 220/2014; 02/2014, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, que “Altera o art. 6º da Lei 2.833, de 28 de março de 2014, que dispõe sobre a política de indenizações pelo exercício de funções de natureza judicial e administrativa ou de representação, de caráter temporário ou eventual, por membros do Poder Judiciário do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 377/2014; 03/2014, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, que “Autoriza a prorrogação das contratações temporárias de pessoal no serviço público do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, altera o caput ao art. 5º da Lei número 2.098, de 13 de julho de 2009 e revoga o § 2º do mesmo artigo”, que deu origem ao Processo número 376/2014; 247/2014, de autoria do Senhor Deputado Osires Damaso, que “Denomina de Professora Rita

Andrade Santos a Escola de Tempo Integral, no setor Jardim América, na cidade de Paraíso do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 398/2014; 248/2014, de autoria do Senhor Deputado Stalin Bucar, que “Denomina de Senador João Ribeiro o trecho da rodovia TO-342, que liga Miranorte a Dois Irmãos”, que deu origem ao Processo número 428/2014; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafa. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezesseis horas e vinte minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário **Presidente** **2º Secretário1º**

7ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa

2 de dezembro de 2014

Ata da Septuagésima Primeira Sessão Extraordinária

Às dez horas do dia dois do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Osires Damaso, secretariado pelos Senhores Deputados Iderval Silva, Primeiro-Secretário, e Stalin Bucar, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Iderval Silva, Jorge Frederico, José Augusto, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sargento Aragão, Stalin Bucar, Vilmar do Detran, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Josi Nunes, Luana Ribeiro e Solange Duailibe. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Freire Júnior, José Bonifácio, José Geraldo, Manoel Queiroz, Marcello Lelis e Toinho Andrade. Após a leitura do Texto Bíblico, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, o Senhor Presidente submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Não havendo expediente a ser lido, matéria a apresentar e oradores inscritos no horário destinado às comunicações passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei de Conversão números: 257/2014, originário da Medida Provisória número 37/2014, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “Altera as Leis 2.575, de 20 de abril de 2012, que dispõe sobre as promoções na Polícia Militar do Estado do Tocantins, e 2.578, de 20 de abril de 2012, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins, e adota outra providência”, que deu origem ao Processo número 422/2014; 258/2014, originário da Medida Provisória número 40/2014, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “Institui a promoção especial por tempo de efetivo serviço para os Praças da Polícia Militar do Estado do Tocantins – PMTO, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 426/2014; 03/2014, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “Dispõe sobre a alteração da nomenclatura dos cargos de Analista de Controle Externo e de Auditor, ambos, do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, bem como sobre a política de indenização pelo exercício de funções de controle externo e administrativa ou de representação, de caráter temporário ou eventual por membros do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins”; 04/2014, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “Altera o anexo II da Lei número 1.527, de 17 de dezembro de

2004, que dispõe sobre os Cargos de Provisão em Comissão do Tribunal de Contas do Estado e seus subsídios”; 225/2014, de autoria do Senhor Deputado Carlão da Saneatins, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Apoio às Cavalhadas de Taguatinga – ACATA”, que deu origem ao Processo número 234/2014; 354/2014, de autoria do Senhor Deputado José Bonifácio, que “Declara de Utilidade Pública Estadual o Sindicato Rural de Tocantinópolis, localizado no município de Tocantinópolis-TO”, que deu origem ao Processo número 524/2014; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafos. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Decreto Legislativo número 12/2014, de autoria da Comissão Temporária Especial, que “Aprova a nomeação do Doutor Alberto Sevilha, para o Cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 395/2014; o qual votado, foi aprovado e encaminhado à Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Tocantins, que promulga o Decreto Legislativo número 116, de 2 de dezembro de 2014 e encaminhado à Secretaria para comunicar às autoridades competentes. Em seguida, o Senhor Presidente avocou o Processo número 363/2014, e determinou sua inclusão na Ordem do Dia da Sessão Ordinária subsequente. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze horas e vinte e sete minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário **Presidente** **2º Secretário**

7ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa

3 de dezembro de 2014

Ata da Septuagésima Segunda Sessão Extraordinária

Às dez horas e cinquenta e sete minutos do dia três do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Osires Damaso, secretariado pelos Senhores Deputados Iderval Silva, Primeiro-Secretário, e Toinho Andrade, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Iderval Silva, Jorge Frederico, José Augusto, José Bonifácio, Marcello Lelis, Raimundo Palito, Sargento Aragão, Stalin Bucar, Toinho Andrade, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Josi Nunes, Luana Ribeiro e Solange Duailibe. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Freire Júnior, José Geraldo, Manoel Queiroz, Raimundo Moreira, Vilmar do Detran e a Senhora Deputada Amália Santana. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente com aquiescência do Plenário transferiu a deliberação da Ata da Sessão anterior para a Sessão subsequente. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Apresentação de Matérias. Foi apresentada a Proposta de Emenda Constitucional – PEC, de autoria do Senhor Deputado Zé Roberto. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Decreto Legislativo número 13, de autoria do Senhor Deputado José Augusto, que “Susta a aplicação do Decreto número 5.138, de 30 de outubro de 2014, que declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terras que específica, e adota outras providências”, que deu origem ao

Processo número 451/2014; o qual votado, foi aprovado e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 20/2014, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Dispõe sobre os critérios de distribuição das parcelas municipais do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 291/2014; 31/2014, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para oferecer garantias, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo 363/2014; 01/2014, de autoria da Defensoria Pública do Estado, que “Dispõe sobre a alteração de artigos da Lei número 2.252, de 16 de dezembro de 2009, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 369/2014; e 251/2014, de autoria do Senhor Deputado José Geraldo, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Sem-Tetos do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 435/2014; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafos. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 01/2014, de autoria da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, que “Cria cargos de Defensor Público do Estado e reestrutura os cargos de provimento em comissão e funções de confiança dos serviços auxiliares de apoio técnico e administrativo no Quadro de Defensor Público do Estado, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 368/2014, o qual votado, nominalmente, foi aprovado com dezoito votos favoráveis, perfazendo um total de dezoito votantes e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafos. Logo após, o Senhor Presidente avocou os Processos números: 380/2014, 289/2014, 290/2014, 382/2014, 379/2014 e 381/2014, determinando sua inclusão na Ordem do Dia da Sessão Ordinária do dia dezesseis de dezembro. Em seguida, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Requerimento que recebeu o número 3.171, de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa, Líder do Governo, que requer a convocação de Sessão Extraordinária, dispensando-se todos os interstícios regimentais, para apreciação do Processo número 451/2014, o qual foi aprovado. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze horas e vinte e seis minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

Atas das Comissões

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

8ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATADA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

4 de março de 2015

Às nove horas e treze minutos, do dia quatro de março de dois mil e quinze, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Eduardo Siqueira

Campos, Nilton Franco, Valdemar Júnior, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto, Vilmar de Oliveira e Amália Santana. O Senhor Presidente, Deputado Valdemar Júnior, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior e o Senhor Secretário informou que por ser a primeira Reunião não havia Ata a ser lida. Não havendo Expediente e Distribuição de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias e o Senhor Deputado Valdemar Júnior devolveu o Processo número 109/2015. Na Ordem do Dia, após a leitura e aprovação do parecer do relator do Processo acima mencionado, com votos favoráveis ao Decreto Legislativo e contrários ao parecer do relator dos Senhores Deputados Wanderlei Barbosa e Eduardo Siqueira Campos, o Processo número 109/2015 foi encaminhado ao Plenário para deliberação. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião, convocando Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

8ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATADA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

11 de março de 2015

Às treze horas, do dia onze de março de dois mil e quinze, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Eduardo Siqueira Campos, Valdemar Júnior e Zé Roberto. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Nilton Franco e Wanderlei Barbosa. O Senhor Presidente, Deputado Valdemar Júnior, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior, que foi lida e aprovada pelos Membros presentes. Não havendo Expediente e Distribuição de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias e foram devolvidos os Processos números: 489/2014, Deputado Zé Roberto; 92/2015, Deputado Wanderlei Barbosa. Na Ordem do Dia, após a leitura e aprovação dos pareceres dos relatores, o Processo número 489/2014 foi encaminhado à Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle e o Processo número 92/2015 foi encaminhado ao Plenário. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião, convocando Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

Atos Administrativos

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 378/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 306, de 4 de julho de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR Ana Klaudia Oliveira Sá, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-16, do Gabinete do Deputado **Amélio Cayres**, a partir desta data.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 16 dias do mês de março de 2015.

Deputado **OSIRES DAMASO**
Presidente

DEPUTADOS DA 8ª LEGISLATURA

Amália Santana (PT)

Amélio Cayres (SD)

Cleiton Cardoso (PSL)

Eduardo do Dertins (PPS)

Eduardo Siqueira Campos (PTB)

Elenil da Penha (PMDB)

Eli Borges (PROS)

Jorge Frederico (SD)

José Bonifácio (PR)

Júnior Evangelista (PRTB)

Luana Ribeiro (PR)

Mauro Carlesse (PTB)

Nilton Franco (PMDB)

Olyntho Neto (PSDB)

Osires Damaso (DEM)

Paulo Mourão (PT)

Ricardo Ayres (PSB)

Rocha Miranda (PMDB)

Toinho Andrade PSD

Valdemar Júnior (PSD)

Valderez Castelo Branco (PP)

Vilmar de Oliveira (SD)

Wanderlei Barbosa (SD)

Zé Roberto (PT)